Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

CLIPPING

26 de ABRIL 2018

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

CASO MILENA GOTTARDI

"NEGO QUE MANDEI MATAR. SOFRO TODOS OS DIAS"

Em depoimento, Hilário Frasson não respondeu a 50 perguntas

RAQUEL LOPES
rflopes@redegazeta.com.br

O policial civil Hilário Frasson, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da médica Milena Gottardi, negou, em depoimento ontem, que tenha mandado matar a ex-mulher. "Sofro todos os dias, principalmente estando em uma carceragem, onde nunca imaginei estar", disse. Ele deixou de responder a 50 perguntas da acusação.

O testemunho foi dado na última audiência do caso, realizada ontem na 1ª Vara Criminal de Vitória, no Fórum Criminal da Capital. Fontes ouvidas pela reportagem relataram que Hilário chorou durante o depoimento. Ele disse que sente falta das filhas.

"Sofro com a morte de Milena, pela ausência das filhas e pelo fato delas estarem sofrendo com a ausência da mãe. Estou sofrendo com o que fizeram com Milena, como se tivesse sido comigo", afirmou. As informações deste e de outros depoimentos dados ontem foram publicadas em primeira mão no Gazeta Online.

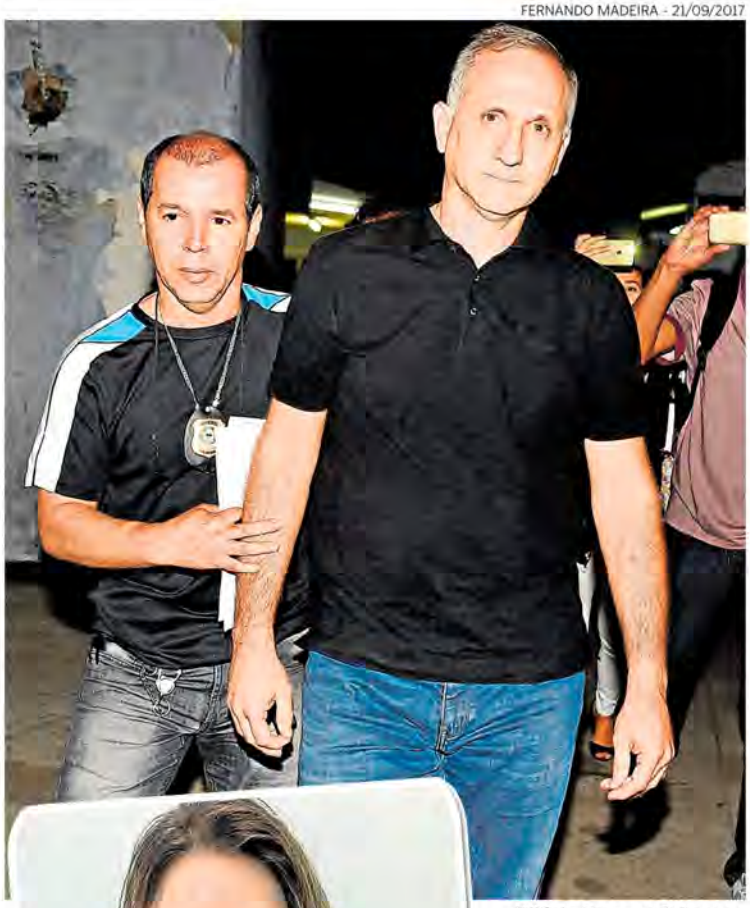
A médica foi baleada com um tiro na cabeça no estacionamento do Hucam, em Maruípe, quando saía do trabalho, em 14 de setembro do ano passado. No dia seguinte, teve a morte declarada.

QUESTIONAMENTOS

Hilário foi ouvido pelo juiz Marcos Pereira Sanches. Ele respondeu apenas aos questionamentos do juiz e de seu próprio advogado de defesa, Leonardo Gagno. Deixou sem resposta 50 questões da acusação e dos advogados de defesa dos outros réus.

Além dele, também foram ouvidas uma testemunha de defesa do policial civil; Esperidião Frasson, pai de Hilário e acusado de ser o outro mandante do crime; Valcir Dias e Hermenegildo Palauro Filho, ambos apontados como intermediários. Dionathas Alves, que seria o executor da médica, e Bruno Broetto, que teria fornecido a moto, já foram ouvidos em março.

FERNANDO MADEIRA - 21/09/2017



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Hilário Frasson foi preso acusado de mandar matar a ex-mulher, a médica Milena Gottardi, no final do ano passado

Questionado sobre a relação com os outros acusados, Hilário afirma que não teve contato com Valcir Dias nem quando ele trabalhava com seu pai, mas confirmou que Esperidião conhece tanto Valcir quanto Hermenegildo. Disse também que não sabia da existência de Dionathas.

O policial civil também contou em depoimento que a ideia do divórcio começou com Milena quando ele entrou para a Polícia Civil, e eles chegaram a fazer terapia de casal. No entanto, acrescentou que o relacionamento com a ex-mulher não ficou conturbado nem mesmo após a separação, chegando a afirmar que eles tinham convivência diária e que nunca agrediu a vítima psicologicamente e fisicamente.

Inclusive, relatou que em todos os finais de semana de trabalho da médica as crianças ficavam com ele. "Milena ficava tranquila já que sabia que eu cuidava bem delas. Hoje, me pincelam como uma pessoa perigosa, sem me dar a oportunidade de mostrar quem eu sou", disse.

Ele falou também que tinha a intenção de instalar uma câmera na sala do apartamento da médica. No entanto, afirmou que não levou a ideia adiante. A intenção era acompanhar o tratamento e cuidado das filhas enquanto estivesse fora. "Quando chegamos a um acordo. Eu informei a Milena sobre a intenção de instalar a câmera, mas não levei a cabo", diz.

PRÓXIMOS PASSOS

Em janeiro deste ano, começaram a ser realizadas as audiências de instrução, e foram ouvidas testemunhas e os réus. Após essas fase, o juiz vai analisar se os acusados vão ou não a júri popular.

SEM RESPOSTA

ALGUMAS QUESTÕES QUE HILÁRIO NÃO RESPONDEU

- Foi solicitada a instalação de câmera em quarto, varanda ou cozinha do apartamento?
- Foi pedido para instalar câmera no quarto com foco na cama do casal?
- O que foi buscar no apartamento no dia seguinte à morte de Milena?
- Quem tinha a tela de monitoramento do carro de Milena?
- O que aconteceu no bar onde foi comemorado o último aniversário de Milena que a deixou bastante contrariada?
- Por que apagou de seu celular as mensagens que trocou com Milena?
- Pode explicar por que funcionários da escola de suas filhas nutrem temor por você?
- Se fala que é inocente e ama tanto a sua esposa, pode explicar por que não compareceu ao enterro de Milena?
- Se não conhece Dionathas (executor), sabe informar por que ele declara que foi contratado por Valcir e Hermenegildo (intermediários), os quais foram contratados pelo interrogando para executar o crime contra Milena?
- Por que no dia em que foi liberar o corpo de Milena no DML acessou conteúdo pornográfico em seu aparelho celular?
- Por que Milena acreditava estar sendo espionada por aplicativo de telefone móvel?

CASO MILENA GOTTARDI

ESPERIDIÃO NÃO QUERIA SEPARAÇÃO DO CASAL

BERNARDO COUTINHO

Viatura da Polícia Civil chega com réus para depor no Fórum Criminal de Vitória

Sogro da médica negou envolvimento no crime e elogiou nora

NATALIA BOURGUIGNON
BIANCA VAILANT

O lavrador Esperidião Carlos Frasson, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Milena Gottardi, afirmou, em depoimento ontem, que não queria que ela se separasse de seu filho, Hilário Frasson, pois gostava muito dela. Ele nega qualquer envolvimento no crime.

Durante o período em que depôs no Fórum Criminal de Vitória, o sogro da médica elogiou repetidamente a nora. Ele afirmou diversas vezes que a médica era uma pessoa "importante", "educada", e "amorosa com as filhas". Por essas razões, segundo o acusado, ficou chocado quando soube que o casal iria se separar.

"Não esperava. Lutei muito para que isso não acontecesse", disse em depoimento. Esperidião ressaltou, no entanto, que não tomou a notícia como uma ofensa nem ficou com raiva de Milena.

"Não é que eu não aceitasse (a separação), é porque não queria que ela se efetivasse, até por causa das crianças", relatou.

Ele falou ainda que chegou a ir à casa do casal após o anúncio da separação, junto da esposa e da família de Milena para tentar reconciliar os dois.

CRIANÇAS

"Não é que eu não aceitasse (a separação), é que não queria que ela se efetivasse, até por causa das crianças"

ESPERIDIÃO FRASSON
ACUSADO DE MANDAR MATAR A MÉDICA MILENA GOTTARDI

"DE GRAÇA"

O acusado disse que emprestou R$ 100 mil à Milena para que ela pagasse dívidas contraídas durante o período em que fazia residência médica, em São Paulo. Ele afirma que nunca recebeu, nem cobrou essa dívida. Segundo Esperidião, o dinheiro foi "dado de graça"

NO HOSPITAL

Um dos acusados de intermediar a morte da médica, Hermenegildo Palauro Filho, conhecido como "Judinho", afirmou também em depoimento ontem que foi ao Hucam, em Vitória, no dia da morte da médica. Ele contou que estava acompanhado do outro acusado de intermediar o assassinato, Valcir da Silva Dias, mas negou que tenha participação no crime.

Já durante o depoimento de Valcir, ele informou que foi ao hospital onde a médica trabalhava por volta das 17h40 no dia do crime. Ele disse que estava no local para visitar um amigo, que estaria internado por conta de um câncer.

No entanto, ao ser questionado pelo juiz, Valcir não soube informar qual era o horário de visita do hospital nem em qual setor o amigo dele estaria internado.

Valcir também negou que tenha qualquer participação no crime.

GAZETA ONLINE
www.gazetaonline.com.br

LEIA+
Veja mais matérias sobre os depoimentos da audiência de ontem.
leia.ag/milena

Tio de médica: "Tem sido difícil"

CAÍQUE VERLI

Família de Milena protestou em frente ao Fórum

Como em todas as outras audiências do caso Milena Gottardi, a família da médica esteve presente ontem na 1ª Vara Criminal de Vitória para pedir por Justiça em protesto. O tio de Milena, Geraldo Gottardi, afirmou que a família tem se mantido unida e tem encontrado apoio também nas famílias das crianças que eram atendidas pela médica. As filhas de Milena, de 9 e 2 anos de idade, que agora estão sob a responsabilidade do irmão da médica, tiveram a rotina completamente alterada.

"O irmão (da Milena) e a esposa assumiram duas crianças, e eles não estavam preparados de imediato para isso. Mas têm cuidado das meninas com muito carinho e atenção", disse, explicando que eles estão casados há pouco tempo.

"Tem sido difícil, mas as meninas estão bem dentro do possível, porque não é igual quando elas viviam com a mãe. Elas tiveram que mudar de colégio, de casa. A Milena tinha um padrão melhor, já era médica formada. As pessoas que agora tomam conta das meninas não têm o mesmo padrão, o local que moravam e o colégio eram muito caros", contou.

A família espera com ansiedade pela condenação dos réus. Para Geraldo Gottardi, não há outra opção senão uma condenação rigorosa. (Caíque Verli)

OS ACUSADOS

Hilário Frasson, acusado de ser mandante

Esperidião Frasson seria outro mandante

Valcir da Silva Dias: intermediário

Hermenegildo Palaoro Filho: intermediário

Dionathas Vieira seria o executor

Bruno Broetto: roubo de moto usada no crime

Ex-marido nega que mandou assassinar a médica Milena

No último dia de audiência de instrução e julgamento do assassinato da médica Milena Gottardi, ontem, Hilário Frasson, acusado de ser um dos mandantes foi interrogado, e negou "veemente" participação no crime, e disse estar sofrendo com a morte da mulher.

A audiência começou no início da manhã e terminou por volta das 18h30, no Fórum Criminal de Vitória. Segundo os autos, a primeira resposta de Hilário ao juiz Marcos Pereira Sanches foi de que ele é inocente.

"... nega veementemente; não mandou matar a vítima; não sabe quem mandou matar a vítima; apenas ficou sabendo de algumas coisas pela mídia e por meio de informações do processo; não sabe porque seu nome está envolvido neste processo; não tinha problema ou inimizade com ninguém a ponto de atribuírem o crime ao interrogando", diz o interrogatório.

Hilário disse ainda que a carta escrita por Milena "foi de grande surpresa", e ele não tinha conhecimento sobre os fatos por ela narrados. Além disso, o acusado fez questão de registrar a enorme tristeza, "pois sofre com a morte da esposa, pela ausência das filhas, pelo fato de as filhas estarem sofrendo com a ausência da mãe; está sofrendo com o que fizeram com a Milena, como se tivesse sido com ele", diz o interrogatório.

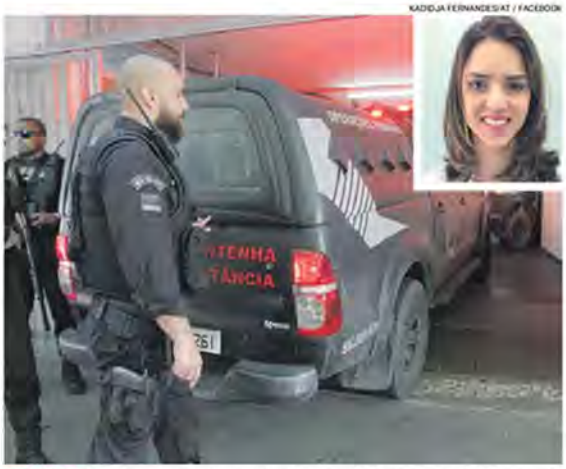
Além de Hilário, foram interrogados ainda os réus Esperidião Carlos Frasson, 71, pai de Hilário, Valcir da Silva, 49, e Hermenegildo Palauro Filho,52, vulgo Judinho, e a testemunha arrolada pela defesa do réu, o médico ortopedista Tarcisio Favaro, 25.

Em depoimento, o médico citou que conhecia Milena desde 1997, e que o Hilário chegou a pernoitar em sua casa, mas quando ele se tornou suspeito, mudou as fechaduras de casa.

Já Valcir alegou que "não intermediou a morte da vítima, que não ofereceu ou prometeu dinheiro para quem quer que seja para matá-la", diz os autos.

Esperidião e Hermenegildo também continuaram a negar o crime, dizendo que não é verdadeira a acusação que recai sobre eles.

KADIDJA FERNANDES/AT / FACEBOOK



VIATURA da Sejus chega com os réus do caso Milena Gottardi (destaque)

Após o interrogatório, terminou as fazes de audiências, e o juiz estabelecendo o prazo de 15 dias para cumprimento das últimas cartas precatórias e, a partir desse prazo, o processo será encaminhado ao Ministério Público e as defesas para alegações finais. A partir disso, o juiz decidirá se os réus vão ao Tribunal do Juri.

CÂMARA DA SERRA

Audifax ganha queda de braço com vereadores

Após ir à Justiça para ter projeto que cria 4 mil empregos aprovado, a proposta passou por unanimidade e sem nenhuma emenda

Luiz Fernando Brumana

Os vereadores da Serra aprovaram por unanimidade, em sessão extraordinária, na noite de ontem, um projeto enviado pelo Executivo que propõe desburocratizar a legislação ambiental, atrair empresas e criar 4 mil empregos até o final do ano.

Porém, se engana quem pensa que a apreciação da proposta, chamada de 10 medidas de desburocratização, foi tranquila. Com mais de 45 dias tramitando no Legislativo, o prefeito Audifax Barcelos (Rede) decidiu ir à Justiça, na segunda-feira, para obrigar a proposta a ser apreciada, o que desagradou aos parlamentares.

Os vereadores alegam que estavam discutindo o teor da proposição como entidades municipais, como o Monitora Serra e Ordem de Advogados do Brasil (OAB). Sete emendas, inclusive, foram sugeridas a partir dos encontros, mas todas elas caíram.

"Convoquei extraordinária por causa da importância do projeto. Não foi votado mais cedo por causa da mudança da presidência da Câmara e das discussões com as entidades", justificou o presidente Rodrigo Caldeira, do mesmo partido de Audifax.

Indagado se a apreciação ocorreu por causa da pressão do prefeito, ele negou: "Nossa relação está tranquila, e sabemos qual é o compromisso da Casa com os bons projetos". Porém, não concordou com a ação de Audifax: "Foi um erro. Não precisava ter entrado na Justiça. Se tivesse uma conversa ia passar normalmente", garantiu.

Já a idealizadora das 10 medidas, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), comemorou. "A Serra tem uma legislação moderna, que propicia a criação das vagas até o final do ano", garantiu o vice-presidente da federação, José Carlos Zanotelli.

O prefeito, segundo sua assessoria, estava em reunião na noite de ontem.

Já o secretário de Meio Ambiente, Marcos Franco Machado, enalteceu: "Isso é ótimo. Estudamos muito para apresentar da forma que foi aprovado".

GUSTAVO FORATTINI - 23/03/2018

AUDIFAX cobrou definição, após o projeto ficar parado por mais de 45 dias

ENTENDA O PROJETO

Dez medidas

- **O PROJETO DE LEI** foi idealizado pela Findes e cria 10 medidas de desburocratização da legislação ambiental nos municípios.
- **ENTRE AS MEDIDAS ESTÃO:** eliminação da necessidade Plano de Controle Ambiental; licença de operação com maiores prazos; atualização das atividades de dispensa de licenciamento e viabilização de emissão online, entre outras.
- **A INTENÇÃO** é atrair empreendimento e criar cerca de 4 mil empregos na Serra. O projeto pode ser usado como exemplo para outros municípios.

MAURÍCIO PRATES

www.mauricioprates.com.br | emeprates@uol.com.br

Sem defesa

Em Linhares, não há a presença de nenhum defensor público na 3ª Vara Criminal. Já na 1ª Vara da Infância e Juventude da cidade, só há defensor duas vezes por semana. A dificuldade de acesso à Justiça pela população mais carente se repete em muitos outros municípios, e poderia ser amenizada com a presença de mais defensores. São 102 aprovados em concurso aguardando nomeação.

NO ES, 132 INVESTIGADOS POR ACUMULAR CARGOS

Servidores podem até ser exonerados das funções públicas

VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redegazeta.com.br

FERNANDO MADEIRA

Palácio Anchieta: governo do Estado apura conduta de servidores públicos

A Corregedoria-Geral do Estado apura 132 casos de servidores públicos que acumulam mais cargos públicos do que a lei permite e, consequentemente, não desempenham efetivamente as funções. As informações foram publicadas ontem, em primeira mão, no Gazeta Online.

A maior parte dos casos, segundo o corregedor-geral, Leandro Piquet, está relacionada a médicos e professores. Segundo ele, a Corregedoria se depara com casos de desconhecimento da legislação, mas também de má-fé. Estes, por parte de servidores interessados em aumentar a renda, ainda que esse acúmulo prejudique usuários do serviço público.

De acordo com Piquet, em um dos casos sob análise do órgão está o de um médico que chegou a acumular, no papel, trabalho de 84 horas semanais, com quatro vínculos diferentes. Para cumprir essa carga horária, o profissional teria que trabalhar quase 17 horas por dia, de segunda a sexta-feira. Sem contar o tempo gasto com os deslocamentos até os postos de trabalho.

"Temos três casos de médicos que acumulam cargos no Estado e em prefeituras, com três a quatro postos, que transcendem as 80 horas semanais. O profissional fica ausente quando a população necessita. Estamos fortalecendo a troca de informações com os municípios", afirmou o corregedor.

Não é permitido a qualquer servidor ter carga horária superior a 65 horas semanais, segundo o governo.

ESPECIFICAÇÃO

Entre os 132 casos sob investigação, 11 dizem respeito estritamente a "incompatibilidade de carga horária". Outros 121 são "acúmulo ilegal de cargos públicos". Do total, 72 estão na fase de sindicância, uma etapa da apuração que visa identificar se determinada denúncia deve ser investigada por meio de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que pode resultar em exoneração. E as outras 60 já avançaram para PADs.

ORIENTAÇÃO

"Não é um trabalho só punitivo. É orientacional também"

LEANDRO PIQUET
CORREGEDOR DO ESTADO

Apesar das diferenças processuais, Leandro Piquet considera todos os 132 casos como "procedimentos" relacionados ao mesmo tema, o do acúmulo ilegal. Ele explica que, em muitos casos, as sindicâncias identificam o problema, que é resolvido logo com uma simples convocação do servidor.

"Quando convocado, ele já faz a opção por qual vínculo quer manter. E aí não tem motivo para instaurar o PAD. E isso faz com que o Estado economize. Com o PAD, há novos gastos com luz, computador, oitivas e servidores. Por isso, trato todos os casos com a mesma classificação", disse.

As sindicâncias não são suficientes quando o servidor demora a apresentar explicações ou, por exemplo, não entrega documentos solicitados.

"O objetivo é tentar fazer com que pessoas não incorram nesse erro. Não é um trabalho só punitivo, é de orientação, principalmente. Não é só punição, mas muitas vezes não conseguimos resolver com orientação", disse Piquet.

REPRESENTANTES

Presidente do Sindicato dos Médicos, Otto Baptista considera que os casos de acúmulos de médicos dizem respeito não àqueles que foram contratados para atender pacientes por um tempo específico. Mas para atender a uma demanda pré-definida. Nestas situações, para ele, não há problema.

"Acredito que os médicos deste levantamento estão inseridos em atividade diferente daquela de carga horária para pacientes. Devem ter sido contratados para atingir determinada meta. Os tomadores de serviços, pode ter certeza, fizeram alguma proposta que não comprometia a carga horária dele. Não vejo problema algum", comentou Baptista.

Diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado (Sindiupes), Noêmia Simonassi afirma não ter conhecimento de casos de professores acumulando vínculos em excesso, mas defende a punição.

PAD

60
processos administrativos
Casos que podem resultar em exonerações.

Governo acabou com 76 acúmulos em 2017

Em 2017, o governo do Estado, por meio da Corregedoria-Geral, acabou com 76 casos de acúmulo indevido de funções por servidores públicos. São situações em que servidores tinham vários vínculos com Estado e prefeituras ou mesmo dentro do próprio Estado.

De acordo com o corregedor-geral, Leandro Piquet, esses casos finalizados foram resolvidos "ou com obrigação de os servidores abrirem mão de vínculos excessivos ou com punição". Em casos como esse, o governo pode exonerar os funcionários.

Piquet salienta que o foco da atuação da corregedoria é orientar os servidores, para que não caiam em ilegalidades. Há casos, por exemplo, de excessos em virtude de transição entre vínculos. Por outro lado, há também os abusos. No caso do médico com acúmulo de 84 horas, por exemplo, analisa-se o "dolo do servidor" e que "nessas situações trabalhamos para a exoneração".

O acúmulo de funções é uma exceção à regra, liberada apenas para situações bem específicas, como algumas de professores e de médicos. Juízes e promotores também podem acumular a função de professor.

ENTENDA

INVESTIGADOS

- **Na Corregedoria**
  Ao todo, são 132 casos relacionados a acúmulos de função. São, especificamente, 11 de "suposta incompatibilidade de carga horária" e 121 de "suposto acúmulo ilegal de cargos públicos".
- **Problemas**
  Não é possível, por exemplo, que um agente socieducativo do governo do Estado também tenha um cargo comissionado em prefeitura do interior. A Corregedoria tem atuado para identificar essas irregularidades.
- **Educação**
  De acordo com o corregedor-geral do Estado, Leandro Piquet, muitos acúmulos se dão por falta de conhecimento dos servidores sobre o que é proibido e o que não é.
- **Exoneração**
  Há também casos em que a má-fé fica explícita. Nessas situações, o interesse do servidor é ter vários trabalhos para ter uma renda maior. Esses casos podem ser punidos com exoneração.
- **Prejuízo**
  Sem desempenhar as atividades corretamente, os usuários de serviços públicos são penalizados, salienta Piquet.

GIRO POLÍTICO

CONSELHEIRO

STF nega pedido de Pimentel

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de habeas corpus feito pela defesa do conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES) José Antonio Pimentel, que contestava a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de torná-lo réu em uma ação penal na qual é investigado pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Com isso, Pimentel permanece réu e continua afastado. O advogado de Pimentel, Willer Tomaz, afirma que entrará com um novo recurso no STF, mas ainda estuda qual seria a melhor estratégia. Segundo ele, o ministro Fux não "enfrentou" os pontos alegados pela defesa.
(Maíra Mendonça)

TRE vai fazer mutirão para regularizar o título de eleitor

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) fará um mutirão nos cartórios de todo o Estado nos dias 2 a 4, e de 7 a 9 de maio, com atendimento das 9h às 18h. O objetivo é que os capixabas possam regularizar o título eleitoral e votar nestas eleições.

O prazo para transferir, atualizar ou tirar o título eleitoral termina no dia 9 de maio. A data também vale para que os eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida façam a solicitação de sua transferência para uma seção eleitoral com acessibilidade.

O eleitor deve se dirigir ao cartório eleitoral mais próximo levando o título de eleitor, caso o possua; um comprovante de residência; um documento oficial de identificação pessoal contendo, no mínimo, nome, filiação, data de nascimento e nacionalidade; e o comprovante de quitação militar para os homens.